

O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POR UMA POSTURA ÉTICA E ESTÉTICA DO EDUCADOR

Rafaela Santos Amorim¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte — IFRN

Fábio Alexandre Araújo dos Santos²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte — IFRN

Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares³

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte — IFRN

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de investigar como os aspectos da diversidade, principalmente a sexual e de gênero, são compreendidos na formação docente da Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, parte-se das noções de Ética e Estética enquanto dimensões do saber docente, que pressupõem o compromisso do educador com as relações humanas e com a afetividade, e da concepção da Educação Profissional e Tecnológica como sendo aquela que considera o homem em sua totalidade, visando uma formação humana. A discussão é embasada em autores como Louro (2000; 2013), Candau (2012; 2014) e Machado (2011). Como resultado, entendemos que a diversidade sexual e de gênero existe e precisa ser reconhecida nos espaços escolares, e é a partir das dimensões da Ética e da Estética que os educadores podem refletir acerca de suas práticas, no sentido de promover mudança social com seus estudantes. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica se mostra como um campo epistemológico com potência transformadora e emancipatória de seus sujeitos, considerando a diversidade sexual e de gênero, e um caminho promissor para que isso seja alcançado é considerando as dimensões Ética e Estética na formação docente.

Palavras-chave: Diversidade. Gênero e Sexualidade. Formação Docente. Ética e Estética. Educação Profissional e Tecnológica.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte (IFRN).

² Doutor em Educação pela UFRN. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Brasil <http://orcid.org/0000-0001-5902-8698>. E-mail: alexandre.araujo@ifrn.edu.br

³ Doutora em educação. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>
E-mail: Andreza.tavares@ifrn.edu.br

RESPECT FOR SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: FOR AN ETHICAL AND AESTHETIC POSTURE OF THE EDUCATOR

ABSTRACT

This work is a bibliographical research with the objective of investigating how aspects of diversity, mainly sexual and gender, are understood in teacher training in Professional and Technological Education. For this, it starts with the notions of Ethics and Aesthetics as dimensions of teaching knowledge, which presuppose the commitment of the educator with human relations and with affectivity, and with the conception of Professional and Technological Education as being that which considers man in his totality, aiming at a human formation. The discussion is based on authors such as Louro (2000; 2013), Candau (2012; 2014) and Machado (2011). As a result, we understand that sexual and gender diversity exists and needs to be recognized in school spaces, and it is from the dimensions of Ethics and Aesthetics that educators can reflect on their practices, in the sense of promoting social change with their students. . In this context, Professional and Technological Education shows itself as an epistemological field with transformative and emancipatory power for its subjects, considering sexual and gender diversity, and a promising path for this to be achieved is considering the Ethics and Aesthetics dimensions in teacher training .

Keywords: Diversity. Gender and Sexuality. Teacher Training. Ethics and Aesthetics. Professional and Technological Education.

RESPECTO A LA DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: POR UNA POSTURA ÉTICA Y ESTÉTICA DEL EDUCADOR

RESUMEN

Este trabajo es una investigación bibliográfica con el objetivo de indagar cómo se entienden los aspectos de la diversidad, principalmente sexual y de género, en la formación docente en Educación Profesional y Tecnológica. Para ello, parte de las nociones de Ética y Estética como dimensiones del saber docente, que presuponen el compromiso del educador con las relaciones humanas y con la afectividad, y con la concepción de la Educación Profesional y Tecnológica como aquella que considera al hombre en su totalidad. , apuntando a una formación humana. La discusión se basa en autores como Louro (2000; 2013), Candau (2012; 2014) y Machado (2011). Como resultado, entendemos que la diversidad sexual y de género existe y necesita ser reconocida en los espacios escolares, y es desde las dimensiones de la Ética y la Estética que los educadores pueden reflexionar sobre sus prácticas, en el sentido de promover el cambio social con sus estudiantes. . En este contexto, la Educación Profesional y Tecnológica se muestra como un campo epistemológico con poder transformador y emancipador para sus sujetos, considerando la diversidad sexual y de género, y un camino promisorio para ello es considerar las dimensiones Ética y Estética en la formación docente .

Palabras clave: Diversidad. Género y Sexualidad. Formación de Profesores. Ética y Estética. Educación Profesional y Tecnológica.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na sociedade, sejam elas no campo da cultura, política, trabalho ou qualquer que seja a área, atravessam, inevitavelmente, os muros das escolas, visto que é nesses espaços que nos deparamos com a diversidade e pluralidade de sujeitos. Atualmente, umas das questões que mais tem ganhado

espaço nas discussões são aquelas referentes às temáticas de gênero e sexualidade, visto que as gerações atuais têm se permitido, cada vez mais, experimentar seus corpos com mais fluidez e de modo menos submisso às regras de controle que os valores herdados da religião e do patriarcado ainda tentam impor.

Guacira Lopes Louro é uma das autoras que compreende o caráter transitório e plural da sexualidade, e em sua obra *O corpo educado* (2000), ela discorre acerca da dificuldade que os educadores ainda têm em abordar a temática da sexualidade em suas aulas, até mesmo naquelas em que o próprio conteúdo programático exige – como no caso da biologia, com a abordagem de assuntos sobre a anatomia humana, sistema reprodutivo e ISTs. Louro (2000) lembra que, ainda nessas aulas, que já possuem todo um aparato curricular em sua defesa, os professores parecem adotar uma postura diferente para abordar o conteúdo, como se este exigisse uma cautela maior com os alunos. A partir dessa problemática, a autora diz que

Juntamente com a análise de por que a sexualidade é tão difícil de ser discutida no conteúdo escolar, deve também haver uma disposição de parte das professoras para desenvolver sua própria coragem política, numa época em que pode não ser tão popular levantar questões sobre o cambiante conhecimento da sexualidade. Isso significa que a sexualidade tem muito a ver com a capacidade para a liberdade e com os direitos civis e que o direito a uma informação adequada é parte daquilo que vincula a sexualidade tanto com o domínio imaginário quanto com o domínio público. [...] O ponto de partida é uma conversa e uma produção generosa de uma sociabilidade que se recusa a se justificar através do consolo da fixação de um lugar próprio. A sexualidade é qualquer lugar. (LOURO, 2000, p. 80)

A dificuldade enfrentada pelos docentes, trazida por Louro (2000) e apresentada nas linhas anteriores, é o nosso gancho introdutório para adentrarmos em problemas mais sérios que têm sido vivenciados nos espaços escolares. Enquanto a sexualidade se mostra como um entrave para o manejo do docente, mas ainda assim, é respeitada como uma exigência curricular da biologia, os educadores têm a permissão de tratá-la com a assepsia que o pragmatismo educacional lhes permite, sem sensibilizações e com possíveis interdições às afetações de seus estudantes também.

Porém, o que pretendemos discutir com esta pesquisa ultrapassa os limites conteudistas. É a respeito das violências que têm acontecido crescentemente nas escolas, com motivações nos preconceitos de sexualidade e de identidade de gênero,

e que têm reforçado a escola como sendo um lugar de risco para a população LGBTQIAPN⁴, fazendo com que essas pessoas não consigam obter a formação necessária ou, quando conseguem, sempre relatam serem carregadas de diversas marcas violentas e traumáticas em suas passagens por esses ambientes. A respeito disso, tem-se que

Nós, educadoras e educadores, geralmente nos sentimos pouco à vontade quando somos confrontados com as ideias de provisoriedade, precariedade, incerteza – tão recorrentes nos discursos contemporâneos. [...] Mais do que nunca nos percebemos vulneráveis, sem qualquer preparo para enfrentar os choques e os desafios que aparecem de toda parte. Que fazer? A muitos talvez pareça mais prudente buscar no passado algumas certezas, algum ponto de estabilidade capaz de dar um sentido mais permanente e universal à ação. O ritmo e o caráter das transformações podem, contudo, converter esse recuo em mobilidade. Para outros – e aqui pretendo me incluir – a opção é assumir os riscos e a precariedade, admitir os paradoxos, as dúvidas, as contradições e, sem pretender lhes dar uma solução definitiva, ensaiar, em vez disso, respostas provisórias, múltiplas, localizadas. (LOURO, 2013, p. 43-44)

Nessa passagem, Louro (2013) critica a noção hegemônica de gênero e sexualidade que é sustentada pelos currículos e políticas pedagógicas, apontando para a ausência de práticas voltadas para a diversidade. Esse problema se agrava ainda mais na atualidade, considerando que as demandas sociais têm se mostrado cada vez mais plurais e urgentes, e a escola, como instituição de trânsito comum entre pessoas oriundas de diversas crenças e constituições familiares, deve promover um espaço de acolhimento e aceitação entre todos. Para tratar de todas essas questões, também é importante compreender sobre que concepção de diversidade estamos falando, e para isso fortalecemos nossa ideia a partir de Richard Miskolci (2020), que enfatiza a diferença entre reconhecer e tolerar a diversidade:

As demandas sociais são de reconhecimento da diferença, mas o filtro político as traduz na linguagem da tolerância da diversidade. Tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceitá-la. [...] Na escola, seria como se disséssemos: estaremos na mesma sala, mas você não interfere na minha vida e eu não interfiro na sua e não interferiremos na de fulano. Além de ser impossível ocupar o mesmo espaço sem se relacionar e interferir, a retórica da diversidade parece buscar manter intocada a cultura

⁴ Sigla correspondente aos termos: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexual/Agênero, Pan, Não-binárias e mais.

dominante, criando apenas condições de tolerância para os diferentes, os estranhos, os outros. (MISKOLCI, 2020, p.51-52)

Afirmar a defesa por um ambiente que apoia a diversidade não implica necessariamente em um ambiente inclusivo. A diversidade não se faz por um conglomerado de agrupamentos fragmentados, mas através das trocas e intersecções, da promoção de práticas contra-hegemônicas, da não-normatividade como pressuposto. E esse movimento é enxergado e defendido pelo viés da formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Quanto a isso, frisamos que o campo da EPT é norteado pelo entendimento do trabalho como princípio educativo, em seus sentidos histórico e ontológico, compreendendo as esferas do trabalho, da ciência e da cultura na formação do homem, como bem explica Dante Henrique Moura (2014), ao dizer que

Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade. (MOURA, 2014, p. 99)

O entendimento do trabalho como princípio educativo também nos leva a observar que as transformações sociais, políticas e econômicas exercem forte influência sobre a educação, e é nesses atravessamentos que as revoluções são mobilizadas e chegam aos muros das escolas, de forma que não é possível ficarmos alheios às opressões existentes no ambiente escolar, que por vezes são causadas pelo enraizamento do pensamento hegemônico e negação das diferenças. Ou seja, os princípios da EPT se coadunam com a defesa de uma formação humana e emancipadora, pautada nos direitos de seus sujeitos e reconhecendo a diversidade que compõe não só a escola, mas toda a sociedade. Esse pensamento é observado em Marise Ramos (2008), que afirma que

A realidade nos impõe sempre a pensar sobre o tipo de sociedade que visamos quando educamos. Visamos a uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos; ou visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e

sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos?
(RAMOS, 2008, p. 1)

São premissas como essas que garantirão o preparo dos jovens, de modo que se reconheçam enquanto sujeitos de direitos e capazes de intervir na sociedade e no mundo do trabalho. A criticidade deve nortear nossas práticas e nos tensionar a olhar para a realidade em vista de modificá-la quando necessário, sempre objetivando avanços e melhorias para a sociedade, e é a partir de uma formação humana que a EPT pode contribuir para o exercício da cidadania e transformação social.

É importante destacar que o tratamento igualitário e respeito à diversidade não são premissas exclusivas do campo da Educação Profissional e Tecnológica, de modo que justificamos nosso recorte, aqui, com a intenção iluminar as ricas contribuições que este campo traz ao debate geral da diversidade, afinal, estes são princípios básicos que constam na Constituição Federal do Brasil (1988). No âmbito educacional, o cenário encontrado hoje, no que diz respeito à população LGBTQIAPN+, é questionável, pois existe uma enorme lacuna entre o que está posto na lei e o que é observado prática, e sem uma problematização constante acerca de tais questões na rotina da escolar, a tendência é que esses ideais da teoria não se materializem na prática.

Posto isso, entendemos que essas discussões de sexualidade e gênero podem e devem ser contempladas nos estudos sobre diversidade, e toda educação que se preocupe com a inclusão de todos no ambiente escolar deve estar engajada em processos que visem a formação humana de seus sujeitos, assim como é proposto pelos princípios da EPT.

FORMAÇÃO DOCENTE E AS DIMENSÕES DA ÉTICA E DA ESTÉTICA

Ao pensar na Rede Federal de Educação, Lucilia Machado (2011) lembra que a Educação Profissional e Tecnológica comumente é vista como acessória ou substituta à educação básica, e que atualmente a tendência das economias em expansão vem demandando, na EPT, mais espaços para se discutir práticas pedagógicas inclusivas e interdisciplinares. Conseqüentemente, a formação docente

deixa de voltar suas atenções apenas para o conhecimento técnico e a experiência profissional dos professores. A autora afirma que

O desafio da formação de professores para a EPT manifesta-se de vários modos, principalmente quando se pensa nas novas necessidades e demandas político-pedagógicas dirigidas a eles: mais diálogos com o mundo do trabalho e a educação geral; práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais; enlaces fortes e fecundos entre tecnologia, ciência e cultura; processos de contextualização abrangentes; compreensão radical do que representa tomar o trabalho como princípio educativo; perspectiva de emancipação do educando, porquanto sujeito de direitos e da palavra. (MACHADO, 2011, p. 694)

Apesar de ser composta por diversos profissionais, é o professor que detém a atenção dos holofotes ao primeiro sinal de problema na escola, visto que, por ser o principal contato direto com os estudantes, seu lugar de protagonismo é garantido na sala de aula. Da mesma forma, também é preciso dar atenção aos aspectos que dizem respeito à formação docente, constantemente revisitando os saberes que compreendem essa formação de maneira que ela acompanhe os avanços e as demandas de seu tempo, e consiga sustentar o lugar do educador como aquele que promove emancipação e avanço social. Vera Candau (2014) compreende o educador como sendo um agente sociocultural, estabelecendo que

Não se pode desvincular as questões relativas ao trabalho docente e à formação de professores do contexto sociocultural em que estamos imersos e da própria problemática da escola hoje. Em uma época de crise generalizada, em que emergem novos paradigmas, tanto do ponto de vista político-social, como científico, cultural e ético, o sentido da educação precisa ser ressignificado. (CANDAU, 2014, p. 34)

Candau (2014) também compreende o fator cultural como sendo fundamental da contemporaneidade, alertando ser fundamental que as escolas se instrumentalizem para lidar com a diversidade. A autora critica a forma como a cultura hegemônica marginaliza o diferente, segregando-o e praticando a exclusão até mesmo nos espaços que se dizem inclusivos a todos, como é o caso da escola. Para ela, ao pensar a formação docente,

Um primeiro aspecto a ser trabalhado, que consideramos de especial relevância, diz respeito a proporcionar ocasiões que favoreçam a tomada de consciência da *construção da nossa própria identidade cultural*, no plano pessoal, situando-a em relação com os processos socioculturais do contexto

em que vivemos e a história do nosso país. O que temos constatado é a pouca consciência que em geral temos destes processos. [...] Ser conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos de hibridização e de negação e silenciamento de determinados pertencimentos culturais, sendo capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los constitui um exercício fundamental. (CANDAUI, 2014, p. 38)

Assim, seria a partir da própria consciência de si que o docente exercitaria sua capacidade de também reconhecer o outro e valorizar as diferenças, construindo e mantendo vínculo com todos os sujeitos pertencentes ao espaço escolar. A esse respeito, Terezinha Rios (2009) traz a Ética como sendo a dimensão fundante de um trabalho docente competente, relacionando-a com a capacidade de reconhecimento do outro. Porém, a autora destaca que realidade vista nas escolas é diferente, ao dizer que,

Nós afirmamos que fazemos isso no cotidiano de nossas relações, mas, se observamos bem, com muita frequência deixamos de fazê-lo. Passamos pelas pessoas como se elas não existissem, deixamos de ouvir o que elas nos dizem, vamos adiante com o nosso discurso sem considerar a palavra, as ideias e os sentimentos dos outros. (RIOS, 2009, p. 238)

A crítica de Rios (2009) nos leva a pensar acerca do papel social da Ética, que tem a função humanizar as nossas relações, nos levando a pensar a escola como um espaço de exercício da cidadania. A dimensão Ética tem um caráter reflexivo, pondo a dignidade humana em primeiro plano e questionando os valores da moral, partindo de princípios como respeito, justiça e solidariedade (RIOS, 2009).

Falar da dimensão Ética para trabalhar a diversidade na formação docente nos suscita, também, abordar a dimensão Estética e seu olhar sensível no processo de ensino e aprendizagem. Mara Lúcia Silva (2014) parte do pressuposto de que a Estética deve fazer parte de um projeto educacional comprometido com a formação humana, e que a sensibilidade deve ser trabalhada nos espaços formativos, ao lado da dimensão Ética, e juntas trabalhando para uma valorização das diferenças e o respeito mútuo entre os sujeitos. Para ela,

O caminho da educação estética para educadores pode ser ampliado em situações culturais variadas, com o compromisso de ampliar as formas de sentir, ver e pensar o mundo nos momentos de formação, superando as formas rígidas e tradicionais de encontros e estudos coletivos. (SILVA, 2014, p. 5)

A dimensão Estética como meio de ampliação das formas de ver e sentir o mundo também é corroborada por Ana Beatriz Freitas (2016), que compreende o olhar estético na educação como aquele dotado de sensibilidade e responsabilidade social, tocando a subjetividade e proporcionando o estreitamento dos vínculos interpessoais. Ela diz que

As implicações desse mover para a subjetividade são nítidas, tanto para quem ensina quanto para quem aprende: concernem ao aprendizado com saboreio, experimentando. Assinalamos, porém, que as repercussões podem e devem ser mais abrangentes, se a pertinência do olhar sensível for convocada ao propósito de questionamento e modificação dos valores sociais dominantes. (FREITAS, 2016, p. 587)

A partir de sua fala, a autora traz a dimensão Estética como uma via dupla de benefício e em diálogo com a dimensão Ética, visto que é por meio desta que também questionamos os valores hegemônicos e opressores, possibilitando, assim, a mudança e o avanço social. Reforçamos que essas dimensões são reconhecidas enquanto saberes docentes e devem estar presentes na formação daqueles que se propõem ao ato de educar, de forma similar como é trazido por Dermeval Saviani (1996), ao discorrer acerca de saberes necessários à condição humana. O autor fala que, no fenômeno educativo,

Entende-se que os educandos devam ser preparados para integrar a vida da sociedade em que estão inseridos de modo a desempenhar nela determinados papéis de forma ativa e, quando possível, inovadora. Espera-se, assim, que o educador saiba compreender o movimento da sociedade identificando suas características básicas e as tendências de sua transformação, de modo a detectar as necessidades presentes e futuras a serem atendidas pelo processo educativo sob sua responsabilidade. (SAVIANI, 1996, p. 148-149)

Em sua fala, o autor entra em defesa pelo saber que nomeia de crítico-contextual, postura essa que reforça os mesmos princípios que também respaldam as dimensões Ética e Estética na formação do educador, complementando com a necessidade de que acompanhem nosso tempo e estejamos atentos às mudanças sociais e suas tendências, assim como também é defendido pelos demais teóricos que aqui utilizamos e que primam um olhar para a diversidade no espaço escolar de maneira sensível.

Em acréscimo a essa discussão, trazemos também o olhar de Verussi Amorim e Maria Eugênia Castanho (2008), que compreendem a dimensão Estética como a capacidade de vincular-se artisticamente com a vida.

Trata-se de uma atividade original do espírito ligado ao belo, ao agradável, à fruição, às emoções, mas ligada também a outros aspectos da vida, porquanto é a totalidade das faculdades humanas que estão presentes no ato de criação ou da apreciação. [...] Através da dimensão estética podemos entrar muito mais profundamente no entendimento de nossa cultura e sermos sujeitos muito mais ativos na sua elaboração. E isto porque esta dimensão implica um código de símbolos ao mesmo tempo sensíveis e intelectuais. (AMORIM e CASTANHO, 2008, p. 1176)

O entendimento da arte enquanto um domínio intelectual, reforçado por essas autoras, é imprescindível para a que reconheçamos a importância que a dimensão Estética tem de suscitar nos sujeitos diversas formas de conhecimento e de se relacionar com o mundo. Já Adrienne Ôgeda et al. (2018) acreditam que a própria formação docente é um percurso estético, por envolver diversas experiências e sentidos que atravessam a subjetividade dos docentes. Para os autores,

Tomando então a formação como aquela que acontece no corpo, consideramos que ao mobilizar o sujeito inteiramente, esta não o parte em dois – razão/emoção, cognição/afeto. Rompe-se assim com os dualismos que caracterizam o pensamento moderno. Essas experiências de corpo inteiro envolvem o campo da sensibilidade, tocando o ser poético e sensível e conformam o que somos. Abrem escutas e percepções. Desse modo, ao incluir as experiências mobilizadoras de sentidos, que chegam pelo campo sensorial do sujeito, reconhecemos que a dimensão estética extrapola a arte, pois diz respeito à relação mais ampla com o mundo. O outro. A natureza. Mas também, inclui a arte como um dispositivo potente. Dispositivo esse que permite estabelecer conexões ainda não percebidas. (ÔGEDA et al., 2018, p. 564)

Por estar presente naquilo que toca e mobiliza os sentidos, a dimensão Estética é considerada, por Ôgeda et al., em estreita relação com o campo do sensível, e é desta forma que ela se propõe a contribuir não só para a formação da identidade docente, mas também para que a atuação deste, em sala de aula, dote de sensibilidade para a construção do conhecimento.

DIVERSIDADE: DA LEGISLAÇÃO À SALA DE AULA

Nos últimos anos, vem ocorrendo uma crescente discussão voltada aos grupos marginalizados na sociedade e, por consequência disso, cada vez mais tem se implementado políticas públicas com foco em garantir cidadania promover condições igualitárias entre todos os indivíduos. No âmbito da legislação, alguns avanços já podem ser reconhecidos desde a redemocratização, com a Constituição Federal de 1988, que traz, em seu Art. 3º, a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Em conformidade com a Constituição, os documentos da educação que a sucedem também orientam para o respeito à diversidade, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que preza pelo “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996), e o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como uma de suas diretrizes a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014).

Apesar desses avanços, temos ainda uma realidade de orientações generalistas sobre como essa diversidade deve se materializar nos espaços escolares, o que dá margem para que não se contemple a pluralidade dos grupos e identidades mais periféricas, como é o caso daqueles que fogem do padrão cis-heteronormativo. A essa invisibilização, Richard Miskolci (2020) reflete que

Nossos esforços se encontram na percepção de como o processo educativo e a reprodução social estão intrinsecamente ligados. Uma reprodução que, infelizmente, tende a inculcar e disseminar valores preconceituosos que engendram formas diversas de desigualdade social. Historicamente, nenhum outro espaço institucional foi tão claramente usado como uma tecnologia de normalização quanto a escola. (MISKOLCI, 2020, p. 58)

A escola é o primeiro espaço coletivo, para além do núcleo familiar, pelo qual todos possivelmente transitarão. E cada sujeito pertencente a esse novo ambiente já chega carregando, consigo, valores e construções sociais moldadas pelo seu núcleo familiar, de forma que a escola deveria ser um espaço onde a pluralidade e diversidade circulassem vivos em sua plenitude, possibilitando trocas e novas construções sociais. Porém, não podemos negar que este ainda é um espaço regido pelo olhar hegemônico e tem dificuldades de lidar com o diferente. À vista disso,

Miskolci (2020) nos incita a pensar as questões da diversidade por uma perspectiva das diferenças, dizendo que

A educação, infelizmente, até hoje se constituiu em um conjunto de técnicas que busca fazer o Outro ser do jeito que a gente quer. E isso é realmente muito triste, algo autoritário, normativo, violento. A gente aprende a ensinar como se ensinar fosse um processo bem-sucedido em que no final, todo mundo pensa como você, age como você e vive como você. (MISKOLCI, 2020, p. 55)

A defesa do autor por um aprendizado por meio das diferenças é o caminho que ele aponta para que a educação passe a ser um meio de lutar contra as injustiças sociais. Assim, podemos retomar a dimensão Ética na formação docente, conforme já exposta anteriormente a partir de Rios (2009) – ancorada no respeito, na justiça e na solidariedade, para coadunar com o que é proposto por Miskolci (2020), tendo em vista que a dimensão Ética na formação docente contribuirá diretamente para um educador capaz de reconhecer a alteridade.

Do mesmo modo, destacamos também a importância do caráter sensível da dimensão Estética nesse processo, pois é o exercício dessa sensibilidade no docente que o preparará para reconhecer a diferença, ao passo que a dimensão Ética o levará a respeitá-la. Assim, essas duas dimensões são compreendidas por nós como sendo de extrema importância para uma formação docente que preze pela inclusão de todos por meio do reconhecimento diversidade na escola, ou seja, da diferença existente nos sujeitos que a integram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, partimos da compreensão do poder transformador da educação e o papel o educador enquanto agente educativo, e reforçamos aqui a importância e urgência em se debater as questões que envolvem a diversidade escolar na formação do docente, entendendo esta como um meio de reconhecimento das diferenças. A diversidade sexual e de gênero existe e está sendo expulsa dos espaços escolares quando estes não se colocam à disposição de enxergá-las por um viés contra-hegemônico e não normalizador dos corpos.

As violências ocorridas nos espaços escolares, principalmente aquelas que atacam as dissidências sexuais e de gênero, carecem de posturas ativas e reflexivas dos docentes nesses espaços, e uma pedagogia compromissada com o bem estar social deve estar dotada de sensibilidade e partir de preceitos como respeito, justiça e solidariedade. Nesse sentido, as dimensões Ética e Estética se mostram como potentes caminhos para uma formação docente que se proponha a dialogar com esses aspectos sensíveis e sensoriais da prática docente, em vista de uma diversidade que seja inclusiva, contra-hegemônica, e que, acima de tudo, reconheça as diferenças.

É dessa forma que podemos nos afirmar enquanto educadores com preocupação social, e em defesa de uma educação não opressora, mas emancipadora e transformadora. Assim, observamos que o campo da Educação Profissional e Tecnológica, visando uma formação humana integral de seus sujeitos, fomenta potentes reflexões para esse debate, por compreender, a partir do trabalho como princípio educativo, que todas as transformações sociais exercem forte influência na educação e que o caminho para que elas ocorram passa pelo reconhecimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Verussi Melo de; CASTANHO, Maria Eugênia. Por uma educação estética na formação universitária de docentes. **Educ. Soc.** [online], São Paulo, vol.29, n.105, 2008, pp.1167-1184. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302008000400011&script=sci_abstract&tlng=pt>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

CANDAU, Vera Maria. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-26, jul./set. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302012000300004>.

CANDAU, Vera Maria. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes culturas e práticas. In **Revista Educação**. v. 37, n.1 p.33-41. jan/abril 2014.

FREITAS, Ana Beatriz. A Dimensão Estética na Aprendizagem: desocultando pontos cegos. **Educação & Realidade**, 41(2), 2016.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira. **Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”**. In: LOURO, Guacira; FELIE, Jane; GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MACHADO, Lucilia. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educação e Sociedade**, v.32, n.116, p.689-704, jul.-set. 2011.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

OGÊDA, Adrienne, et al.. Dimensão estética e processos identitários no percurso de se fazer professor. **RevistAleph**, (31), 2018.
<https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39286>

RAMOS, Marise. **Concepções do Ensino Médio Integrado**. Seminário da Secretaria Estadual de Educação. Pará, 2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica. **Cadernos Pedagogia Universitária**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, maio, 2009.

SAVIANI, Dermerval. Os saberes implicados na formação do educador. In BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **Formação do Educador: dever do estado, tarefa da universidade**. São Paulo: Editora da UESP, 1996.

SILVA, Mara Lúcia Finocchiaro da. **A importância da dimensão estética para educadores da infância**. Congresso nacional de formação de professores, 2.; Congresso estadual paulista sobre formação de educadores, 12., 2011, Águas de Lindóia. Anais 2. Congresso Nacional de Professores 12. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 3373-3381
Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/141579>>.